

**Seção de Legislação do Município de Mato Queimado / RS****LEI MUNICIPAL Nº 851, DE 23/11/2010****INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE NO MUNICÍPIO DE MATO QUEIMADO.**

ORCELEI DALLA BARBA, Prefeito Municipal de Mato Queimado, Estado do Rio Grande do Sul, faz saber, que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUNDEMA em âmbito do Município de Mato Queimado.

§ 1º Constituirão o FUNDEMA, os recursos provenientes de:

I - dotação orçamentária;

II - arrecadação de taxas dos serviços de Licenciamento Ambiental;

III - Taxas Municipais de Licenciamento Ambiental e multas decorrentes de crimes ambientais, previstas na [alínea "g", art. 2º e parágrafos, da Lei Municipal nº 830](#), de 05 de dezembro de 2001.

IV - contribuições, subvenções e auxílios da União, dos Estados e do Município e de suas respectivas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e Fundações;

V - convênios, contratos e acordos celebrados entre o Município e instituições públicas e privadas, cuja execução seja de competência da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, observadas as obrigações contidas nos respectivos instrumentos;

VI - doações, como seja, importâncias, valores, bens móveis e imóveis que venha a receber de pessoas físicas e/ou jurídicas de organismos públicos e privados nacionais e internacionais;

VII - rendimentos de quaisquer natureza, decorrentes de aplicação de seu patrimônio;

VIII - recursos oriundos de condenações judiciais de empreendimentos sediados no município e/ou que afetem o território municipal, decorrentes de crimes praticados contra o meio ambiente;

IX - outros recursos que, por sua natureza, possam ser destinados ao FUNDEMA.

§ 2º O FUNDEMA será Administrado pela Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento - Setor de Projetos e Meio Ambiente com apoio da diretoria de Agricultura, cabendo a essa:

I - estabelecer políticas de aplicação dos seus recursos em conjunto com o Conselho Municipal do Meio Ambiente - CMMA;

II - submeter ao CMMA o plano de aplicação a cargo do FUNDEMA, em consonância com a Política Municipal de Meio Ambiente, estabelecido na [Lei Municipal nº 1.829/2001](#);

III - acompanhar, avaliar e decidir sobre a realização das ações previstas na Política Municipal de Meio Ambiente, em consonância com as deliberações do CMMA;

IV - firmar convênios e contratos, juntamente com o Prefeito, no que se refere aos recursos que serão administrados pelo FUNDEMA, levando ao CMMA para conhecimento, apreciação e deliberação de Projetos do Poder Executivo Municipal na área de meio ambiente, desde que se enquadre nas diretrizes orçamentárias e nos programas estaduais e federais no campo de defesa do meio ambiente.

§ 3º O FUNDEMA, terá, ainda, um Serviço Administrativo, responsável pela administração, contabilidade, controle e movimentação dos recursos financeiros, compostos de:

I - Secretário Executivo;

II - Tesoureiro;

III - Contador.

§ 4º O Tesoureiro, o Secretário Executivo e o Contador serão designados pelo Prefeito Municipal mediante Decreto, dentre servidores que possuam atividades ou capacitação funcional inerente às funções.

§ 5º O Serviço Administrativo contará com o assessoramento dos órgãos próprios da Administração Municipal.

Art. 2º São atribuições do Secretário Executivo do Serviço Administrativo a que alude o § 3º do artigo retro:

I - preparar as demonstrações trimestrais de receita e despesas a serem encaminhadas ao Diretor de Meio Ambiente do Município;

II - manter os controles necessários à execução orçamentária do FUNDEMA referente a empenhos, liquidações e pagamentos de despesas e aos recebimentos das receitas do FUNDEMA;

III - manter, em coordenação com o setor de patrimônio da Prefeitura Municipal, os controles necessários sobre bens patrimoniais com carga ao Fundo;

III - encaminhar à contabilidade geral do Município:

a) semestralmente, o demonstrativo de receitas e despesas;

b) anualmente, os inventários dos bens móveis e o balanço geral do FUNDEMA.

IV -firmar, com o responsável pelos controles da execução orçamentária, as demonstrações mencionadas anteriormente;

VI - providenciar, junto à contabilidade geral do Município, as demonstrações que indiquem a situação econômica-financeira geral do FUNDEMA;

V - manter os controles necessários sobre convênios ou contratos de prestação de serviços firmados e envolvendo a gestão ambiental municipal;

VI - Encaminhar, semestralmente ou sempre que solicitar, ao Diretor de Meio Ambiente do Município, relatórios de acompanhamento e avaliação da situação econômica-financeira do FUNDEMA.

Art. 3º Os recursos que compõem o FUNDEMA serão aplicados em:

I - Aquisição de material permanente e de consumo e de outros instrumentos necessários à execução da Política Municipal de Meio Ambiente;

II -Contratação de serviços de terceiros, para execução de Programas e projetos;

III -Projetos e Programas de interesse ambiental;

IV -Desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações envolvendo a questão ambiental;

V - Desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos em questões ambientais;

VI - Atendimento de despesas diversas, de caráter de urgência e inadiáveis necessárias à execução da Política Municipal de Meio Ambiente;

VII - Pagamentos de despesas relativas a valores e contrapartidas estabelecidas em convênios e contratos com órgãos públicos e privados de pesquisas e de proteção ao meio ambiente;

VIII - Pagamentos pela prestação de serviços a entidades de direito privado para execução de programas ou projetos específicos do setor de meio ambiente;

IX - Outros de interesse e relevância ambiental.

§ 1º A aplicação dos recursos de natureza financeira dependerá:

I - da existência de disponibilidade monetária em bancos ou em caixa especial oriundas das receitas especificadas;

II - de aprovação prévia pelo CMMA, criado pela [Lei Municipal nº 1.829/2001](#), de 05 de dezembro de 2001.

§ 2º Serão aplicados, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) dos recursos do FUNDEMA em projetos e programas de educação ambiental propostos por entidades, ONG's ou outras que vierem a ser criadas, sediadas e/ou atuantes no município.

Art. 4º O orçamento do FUNDEMA evidenciará as políticas e programas de trabalho governamentais, observados os princípios da universalidade e equilíbrio.

Parágrafo único. O Orçamento do FUNDEMA observará, na elaboração e na sua execução, os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

Art. 5º Nenhuma despesas será realizada sem a necessária autorização orçamentária.

Art. 6º Os atos previstos nesta Lei, praticados pela Divisão de Meio Ambiente, no exercício do poder de polícia, bem como na emissão das licenças e autorizações, implicarão pagamento de taxas que reverterão ao FUNDEMA.

Art. 7º A utilização de serviços públicos solicitados à Prefeitura Municipal de Mato Queimado, de competência da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento serão remunerados mediante preços públicos a serem fixados por Decreto Executivo, com aprovação do CMMA, sendo os valores arrecadados revertidos ao FUNDEMA, após a efetiva implantação dos serviços.

Art. 8º O FUNDEMA terá vigência ilimitada.

Art. 9º Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo, por Decreto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias,

contados de sua publicação.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mato Queimado- RS, em 23 de novembro de 2010.

ORCELEI DALLA BARBA
PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se.

ORLANDO THOMAS
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Processo
00661-0200/20-7

Página da
peça
3

Peça
3583810

DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO

ACESSO
P01166DA